

Bioética e biopolítica
na perspectiva hermenêutica:
uma ética do cuidado da vida

Jesús Conill Sancho



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



 UNISINOS

Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica:
uma ética do cuidado da vida

*Bioethics and biopolitics from a hermeneutical perspective:
an ethics for the care of life*

Jesús Conill Sancho
Universidade de Valência, Espanha

Resumo

Sobre a problemática entre o cuidado e a administração da vida, convém refletir, em primeiro lugar, sobre a perspectiva diretora do pensamento, que, na minha opinião, é a hermenêutica. Com efeito, ao longo do desenvolvimento do pensamento contemporâneo foi se introduzindo uma intensa transformação da filosofia, que teve dois impulsos preponderantes: o hermenêutico e o prático. É nesse contexto que se deve entender a emergência da bioética e da biopolítica, que, por sua vez, constituem duas concreções da plasmação prática da filosofia.

Palavras-chave: bioética, biopolítica, hermenêutica.

Abstract

As to the issue between care and management of life, one should reflect, first of all, on the perspective that guides thinking, which, in my view, is that of hermeneutics. In fact, in the course of the development of contemporary thinking, in intense transformation in philosophy has been introduced, which had two major impulses, viz. a hermeneutical and a practical one. It is in this context that one must understand the emergence of bioethics and biopolitics, which, in turn, constitute two concrete instances of the practical shaping of philosophy.

Keywords: bioethics, biopolitics, hermeneutics.

Cadernos
IHU *ideias*

**Bioética e biopolítica
na perspectiva hermenêutica:
uma ética do cuidado da vida**

Jesús Conill Sancho

Universidade de Valência, Espanha

ano 13 • nº 231 • vol. 13 • 2015 • ISSN 1679-0316

Tradução de André Langer



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Cadernos IHU ideias é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor: José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo: Jacinto Schneider

ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XIII – Nº 231 – V. 13 – 2015

ISSN 1679-0316 (impresso)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial: Lic. Átila Alexius; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. MS Gilberto Antônio Faggion; Prof. MS Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Profa. Dra. Susana Focca.

Conselho científico: Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Kilpp, Unisinos, doutora em Comunicação.

Responsável técnico: Lic. Átila Alexius

Arte da capa: Mariana Staudt

Revisão: Carla Bigliardi

Editoração eletrônica: Rafael Tarcísio Forneck

Impressão: Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003) – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003 – v.

Quinzenal (durante o ano letivo).

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.

Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).

ISSN 1679-0316

1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 316

1

32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa de Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos

Av. Unisinos, 950, 93022-000, São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467

Email: humanitas@unisinos.br

BIOÉTICA E BIOPOLÍTICA NA PERSPECTIVA HERMENÊUTICA: UMA ÉTICA DO CUIDADO DA VIDA¹

Jesús Conill Sancho

Universidade de Valência, Espanha

Introdução

Em um Colóquio de Filosofia e Bioética, como o organizado pela Unisinos, que situa a problemática entre o cuidado e a administração da vida, convém refletir, em primeiro lugar, sobre a perspectiva diretora do pensamento, que, na minha opinião, é a hermenêutica. Com efeito, ao longo do desenvolvimento do pensamento contemporâneo foi se introduzindo uma intensa transformação da filosofia, que teve dois impulsos preponderantes: o hermenêutico e o prático. E é nesse contexto que se deve entender a emergência da bioética e da biopolítica, que, por sua vez, constituem duas concreções da plasmação prática da filosofia.

Uma das contribuições decisivas da transformação hermenêutica e prática da filosofia foi a superação do enfoque epistemológico moderno, ou seja, oferecer um caminho para a resolução da “luta sobre o cadáver da epistemologia”,² em termos de Taylor. Acontece que Taylor, após descobrir o que considera “a disputa mais dramática”, a saber, aquela que se dá entre a posição nietzschiana e a dos “defensores da razão crítica”, deixa-a sem solução. Pois, para resolvê-la é necessário, primeiro, estar consciente do significado da transformação hermenêutica do pensamento a partir de Nietzsche e, segundo, repensar radicalmente a modernidade para ver se é possível curá-la de seus males e reconfigurá-la por outras vias mais fecundas para seus próprios e mais profundos propósitos. Para isso, é de grande proveito a tarefa prática das éticas aplicadas contemporâneas, como a bioética e seu sentido biopolítico, que nos conduzirão a uma ética da responsabilidade e do cuidado.

1 Este estudo insere-se nos Projetos de Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico FFI2013-47136-C2-1-P, financiados pelo Ministério da Economia e Competitividade, e nas atividades do grupo de pesquisa em excelência PROMETEO, da Generalidade Valenciana.

2 TAYLOR, Charles. *Argumentos Filosóficos*. São Paulo: Loyola, 1997, p. 31.

1. A transformação hermenêutica

Uma autêntica revisão do significado do “giro hermenêutico” exige a inclusão na sua órbita do pensamento nietzschiano. Um dos seus grandes méritos consiste, na minha opinião, em ter transformado o criticismo kantiano em hermenêutica genealógica.³ Precisamente em Nietzsche encontramos o laboratório mental no qual teve lugar um processo de transformação semelhante e, portanto, no qual aprendemos a perceber o complexo tecido vital do que significa a “luta” entre a experiência trágico-niilista e a razão crítica, de tal modo que sua interconexão poderia ser compreendida como uma peculiar hermenêutica crítica.

E o fato de que a versão nietzschiana da hermenêutica (a genealógica) tenha que se confrontar com outras propostas de hermenêutica – como as de Heidegger, Gadamer, Apel e Habermas, Ricoeur, etc. – constitui um modo de incorporar o pensamento nietzschiano ao debate racional contemporâneo, mais além do uso panfletário, irracional e extravagante de seus escritos, do que decorre uma atitude de superioridade apenas fictícia, que nega e impossibilita a discussão racional.

A hermenêutica é a modalidade filosófica mais própria da nossa situação atual. Se em outros momentos foram preponderantes os marxismos, o positivismo lógico, os existencialismos, as filosofias analítico-linguísticas, o “racionalismo crítico” e a teoria de sistemas, atualmente, com um nome ou outro, as diversas filosofias se aproximaram cada vez mais de uma atitude hermenêutica. Foi se passando de filosofias centradas no predomínio da razão (lógica e metodológica) para filosofias que são cada vez mais conscientes do caráter decisivo da experiência, inclusive para a constituição da própria razão, que se revela como experiencial.

Quais são os traços distintivos deste modo hermenêutico de entender a experiência? A hermenêutica tem uma longa história, que remonta à Antiguidade, mas neste momento nos interessa aludir apenas ao giro hermenêutico da filosofia contemporânea, a fim de compreender a nossa situação atual. Mais concretamente, se nas exposições canônicas da hermenêutica contemporânea se costuma começar por Schleiermacher, acredito que este começo deve ser completado com Nietzsche, dado que os conflitos que hoje vivemos provêm mais da inspiração nietzschiana do que da schleiermacheriana.

Em primeiro lugar, é preciso ressaltar o caráter experiencial do próprio pensamento, que implica destacar os elementos “impuros” da razão. Mais além da estrutura lógica há outras necessidades, outros impulsos e

3 Cfr. CONILL, Jesús. *El poder de la mentira. Nietzsche y la política de la transvaloración*. Madrid: Tecnos, 1997. Prólogo de Pedro Laín Entralgo.

instintos, que são aqueles que realmente regem a vida humana. A genealogia nos ajuda a entender melhor (com mais perspectivas) como compreendemos realmente o “acontecer” que há em todo “compreender”, ou seja, a experiência real.

Uma experiência que está carregada de componentes vitais, nos quais vão juntos “natureza” e “cultura”, como ocorre, por exemplo, no instinto formador de metáforas, como mostra a hermenêutica genealógica de Nietzsche.⁴ E a partir desse estrato, compreende-se de um modo realmente inovador o caráter linguístico da experiência, na linha também transformadora da filosofia de Kant, empreendida por Hamann, Herder e Humboldt, e da qual se nutre o próprio Nietzsche, especialmente através de Gustav Gerber.⁵ A experiência sempre nos mergulha em um emaranhado de ficções, perspectivas e interpretações, do qual não podemos nos desembaraçar e com o qual inevitavelmente configuramos (desfiguramos?) todos os ingredientes da nossa existência.⁶ Encontramos uma brilhante prossecução desta revolução hermenêutica em Heidegger, que vampiriza inteligente e sedutoramente o sugestivo pensamento de Nietzsche, de quem seleciona o melhor do seu pensamento, para depois enjaulá-lo sob o estigma da metafísica.

Uma das consequências culturais mais importantes que se produziram em virtude deste novo enfoque hermenêutico da filosofia contemporânea são as vozes que se levantaram contra a razão fundamentadora e a extensão de um sentir niilista, só solucionado em cada contexto pelas exigências pragmáticas. Será que nos convertemos em niilistas por dentro e em pragmáticos por fora?

No entanto, o giro hermenêutico da filosofia contemporânea não tem por que aceitar que o caminho da experiência conduz irremediavelmente ao niilismo. Pelo contrário, uma tarefa da filosofia atual consiste em aceitar o primado da experiência, mas sem cair em suas possíveis consequências niilistas e cegamente pragmáticas.

Além do mais, uma análise hermenêutica da experiência pode contribuir para configurar uma crítica da razão impura, que continue a crítica da razão – como tarefa permanente da filosofia – arrancando-a dos limites estreitos da experiência vital e sem reger-se pela lógica ou pela metodologia. Porque já não nos encontramos sempre sozinhos, nem prioritaria-

4 NIETZSCHE, Friedrich. *Sobre verdade e mentira no sentido extramoral*. São Paulo: Hedra, 2007.

5 Ver a respeito, CONILL, Jesús. *El poder de la mentira*, especialmente cap. 3.

6 Antes de ter pensado (*gedacht*) já figuramos e poetizamos (*gedichtet*), repete incansavelmente Nietzsche, apontando para o “orto” da sua filosofia. Cfr. CONILL, Jesús. *El poder de la mentira*, cap. 6: “Pensar y poetizar”.

mente na razão reflexivo-formal ou em diálogo ou na argumentação, mas nos encontramos sempre e prioritariamente na experiência.

Portanto, se é preciso fazer frente à autodestruição niilista e pragmatista-contextualista da razão, ou seja, à denominada “crítica total da razão”,⁷ ao mesmo tempo é preciso estar consciente do risco que se corre então de se submeter novamente à coerção epistemológica do metodologismo moderno e recair em um “cartesianismo epistemológico”. Pois bem, entre ambos os perigos há uma terceira possibilidade, a que media *logos* e experiência no conceito de “razão experiencial”,⁸ na medida em que tenta tornar possível uma autoafirmação crítica da razão, já não de caráter criticista em versão epistemológica e baseada na “certeza metodológica”, mas em virtude de outra forma de disposição antidogmática: a “abertura à experiência”.

O que esta hermenêutica da razão experiencial nos aporta é ter posto em relevo a facticidade da compreensão como experiência, seu caráter linguístico e histórico e, no fundo, a radical temporalidade da razão, posto que não apenas o ser, mas também a razão é tempo; só assim, desvelando o experiencial que há por debaixo do formal, ultrapassam-se os – ao que parece – inexoráveis limites da reflexão formal de todos os tempos (desde Platão até Apel e Habermas).⁹

Por essa razão, já não é mais suficiente uma disputa de racionalidade, posto que por debaixo de toda racionalidade subsiste uma experiência que não pode ser reduzida nem submetida aos cânones epistemológicos, nem pode ser substituída pela reflexão. De maneira que é preciso passar para uma “filosofia da experiência” e da “vida”, que ultrapassa a insossa epistemologia.

Esta superação do enfoque epistemológico mediante a radicalização do experiencial levou ocasionalmente a pensar que nos encontramos diante de uma situação “pós-filosófica”, na medida em que desapareceu a fé no poder da razão, defumou-se a realidade, a verdade deixou de interessar e generalizou-se uma experiência que se chamou de “pós-moderna”, na qual o niilismo e o pragmatismo reinantes abrem passagem para o individualismo hedonista, a vida insignificante e o desmoronamento (ou esvaziamento) da vida pessoal.¹⁰

7 APEL, Karl-Otto. “Die Herausforderung der totalen Vernunftkritik und das Programm einer philosophischen Theorie der Rationalitätstypen”, *Concordia*, 11 (1987), 2-23.

8 Fórmula que prossegue a tradição da filosofia espanhola contemporânea desde a Geração de 98 (por exemplo, no “pensamento poético” de Antonio Machado) até a “razão vital” de Ortega, a “razão poética” de Zambrano, a “razão sensiente” de Zubiri, com seus valiosos prolongamentos em Pedro Laín e Julián Marías, e a formulação de uma “ética da razão cordial” (CORTINA, Adela. *Ética de la razón cordial*. Oviedo: Nobel, 2007).

9 CONILL, Jesús. *El enigma del animal fantástico*. Madrid: Tecnos, 1991, cap. 4.

10 AMENGUAL, Gabriel. *Presencia elusiva*. Madrid: PPC, 1997.

Mas o giro hermenêutico serve também para fomentar novamente um impulso sempre latente ao longo dos séculos em prol do modo de pensar experiencial. Tanto a filosofia de Ortega como a de Habermas e Gadamer, com suas respectivas modalidades hermenêuticas (da vida e do *Dasein*), vão pela via experiencial do pensamento como forma mais “originária” do pensar (mais além do epistemologismo).¹¹

Portanto, embora uma parte da hermenêutica contemporânea tenha entendido que seu “destino” é o nihilismo (completado com o pragmatismo), outras modalidades de hermenêutica oferecem analíticas da experiência real, que permitem ultrapassar os limites da filosofia formal da autorreflexão ao revelarem que a experiência hermenêutica está entranhada de história, tradição, linguagem, vida pessoal e, no fundo, submetida ao “poder da história efetual”.¹² Mas tanto Gadamer como a maior parte da hermenêutica esquecem ou relegam o momento da realidade ínsito na experiência, mesmo quando, por exemplo, Gadamer necessita recorrer a ele para explicitar “o poder da história efetual”. Este é um aspecto com o qual se ocuparam insistentemente as analíticas de Ortega e Zubiri, ao indagar o nível filosófico da “realidade primordial”.

Este último aspecto não é frívolo, aspecto no qual a contribuição da filosofia espanhola é sumamente significativa, porque só tendo em conta esse nível (o da realidade) se poderá ir além do espinhoso problema colocado pelo “conflito das interpretações” (no qual desemboca a atitude hermenêutica contemporânea) mediante uma luta explícita ou implícita de analíticas.

Pois, com efeito, várias filosofias contemporâneas se apoiam em uma ou outra “analítica” (linguística, fenomenológica, existencial, hermenêutica, noológica...); inclusive aquelas que pretendem alcançar um nível metafísico. Mas também outras concepções filosóficas se apoiam em analíticas, até mesmo quando se declaram em franca oposição a tal enfoque, pois, de fato, suas formulações estão subordinadas a determinadas análises do que consideram primordial na existência humana.

Assim, por exemplo, Hans Albert,¹³ exímio representante do “racionalismo crítico” contemporâneo, considera que um dos ingredientes básicos da experiência humana é o comportamento resolutório de problemas, no qual já detectamos a existência de atividade interpretadora: um ingrediente tipicamente hermenêutico! O curioso é que Albert analisa as situa-

11 CONILL, Jesús. “Concepciones de la experiencia”, *Diálogo Filosófico*, 41 (1998), pp. 148-170; *Ética hermenéutica. Crítica desde la facticidad*. Madrid: Tecnos, 2006.

12 GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

13 ALBERT, Hans. *Traktat über rationale Praxis*. Tübingen: Mohr, 1978; *Kritische Vernunft und menschliche Praxis*. Stuttgart: Reclam, 1977.

ções vitais a partir de um modelo econômico, de acordo com o qual o horizonte da experiência orienta-se pelo princípio da economicidade. Vivemos em um mundo onde tudo é escasso, daí a necessidade de escolher entre alternativas, sabendo que tudo comporta um custo. Aqui tem primazia a experiência radical de um “existir” (*Dasein*) econômico (e não o de fatura ontológica), razão pela qual estamos sempre calculando (ponderando) os custos em cada situação concreta, isto é, os “custos de oportunidade”. A abertura radical em cada situação não é ao “ser” (experiência ontológica), mas às inter-relações de custos (experiência econômica).

A partir desta experiência originária de caráter econômico emerge uma nova figura de *homo oeconomicus*, segundo a qual se supõe que os agentes tendem a comportar-se inteligentemente, isto é, obter as maiores vantagens possíveis em todas as suas atividades, ou seja, o maior benefício com o menor custo. A análise desta experiência básica, própria de todas as situações nas quais respondemos com um comportamento de resolução de problemas, revela alguns dados estruturais, como a escassez, a incerteza, o conflito, a crise e a falibilidade, que são interpretados como característicos de um estar no mundo com atitude fundamentalmente econômica.

Na minha opinião, uma reflexão sobre esta luta de analíticas é decisiva para avaliar as diversas interpretações da vida humana (inclusive as possíveis metafísicas), assim como para orientar a ação e a organização de nossas sociedades em busca das melhores resoluções possíveis. Caso contrário, teremos que aceitar sem mais em cada momento histórico a força do destino: atualmente, as irresistíveis forças tanto do “imperialismo econômico”¹⁴ como do “imperialismo tecnológico” (agora sob o signo da globalização) e, no fundo, também de certa experiência niilista.

2. O giro prático-aplicado

O giro prático-aplicado de que falamos aqui constitui uma concreção histórica do sentido prático da filosofia em geral¹⁵ e refere-se à orientação que, a partir da década de 1970, está invadindo inovadoramente a pesqui-

14 Cfr. BECKER, Gary. *The Economic Approach to Human Behaviour*. Chicago: Chicago University Press, 1976; RADNITZKY, G.; BERNHOZ, P. (eds.). *Economic Imperialism. The Economic Method Applied Outside the Field of Economics*. New York: Paragon House, 1987; MAAK, Th.; LUNAU, Y. (Hrsg.). *Weltwirtschaftsethik*. Bern: Haupt, 1998; CONILL, Jesús. *Horizontes de economía ética. Aristóteles, Adam Smith, Amartya Sen*. Madrid: Tecnos, 2004.

15 “Explícita ou implícitamente, a filosofia sempre implicou ‘o primado da razão prática’. Ela foi, é e será, enquanto existir, ciência do que fazer” (ORTEGA Y GASSET, José. *Obras Completas*. Madrid: Revista de Occidente, 1970 (3. ed.), VIII, p. 268).

sa filosófica, superando a cegueira dos enfoques analítico-linguísticos e dos enfoques supostamente revolucionários de outros tempos.

Entre as causas que provocaram este giro farei alusão somente a duas: o progresso científico-tecnológico e os inumeráveis problemas – inclusive contradições – gerados pela modernização social. Em primeiro lugar, a ambivalência do crescente progresso científico e tecnológico é detectada constantemente em suas desbordantes consequências em todos os campos da ação. A diferenciação e complexidade do real exigem que a filosofia ultrapasse a ineludível ordem da “fundamentação” e assuma as tarefas da “aplicação”, avaliando as repercussões do exercício do poder e das decisões, o que requer um enfoque interdisciplinar, por exemplo, através das “éticas aplicadas”.¹⁶

Em segundo lugar, tem a ver com a necessidade de revisar o projeto moderno: seu sentido e conteúdo, as formas de plasmar-se em suas diversas dimensões (política, econômica, cultural), os resultados obtidos através de suas principais instituições (mercado, Estado democrático) e dinamismo (como agora a globalização). Em última análise, é necessário perguntar-se se é inevitável que a racionalização moderna produza desumanização e falta de sentido vital, se é possível remediar estes desvios a partir da própria entranha da modernidade, ou se – e como – seria possível superá-la. E, neste sentido, levar a sério a perspectiva ética poderia ser crucial.

A ética não é uma questão de simples moda: mais que estar na moda, eu diria que ela é atual. E isso significa que tem a ver com a realidade. Sem dúvida, encontraremos sentido em muitas ocasiões que a realidade nos impõe na vida, nos resiste, apesar das nossas intenções: que não podemos esquivar suas exigências, que estão aí queiramos ou não. E por que isso acontece? Porque a atualidade das coisas – não a simples moda – depende da realidade e não da nossa vontade. É o que acontece no caso da realidade moral: se os problemas morais são atuais é porque a realidade moral está abrindo caminho e se impõe a nós; por isso, nos sentimos impressionados com os assuntos morais – afetam-nos realmente – e nos vemos forçados a recorrer à moral de um modo ou outro nas mais diversas situações da vida.

E por que nos sentimos precisamente neste momento mais dispostos a reconhecer a voz da realidade moral? Porque é quando percebemos mais agudamente sua ausência, uma ausência que é o resultado de uma longa história. Recordemos que durante a época moderna, boa parte da

16 CORTINA, Adela. *Ética aplicada y democracia radical*. Madrid: Tecnos, 1993; CORTINA, Adela; GARCÍA-MARZÁ, Domingo (eds.). *Razón pública y éticas aplicadas*. Madrid: Tecnos, 2003.

moral foi substituída pelo funcional: a economia, a política, o direito e a burocracia foram asfixiando a vida moral, como se o sentido moral já não fizesse falta e bastasse organizar funcionalmente as coisas, por cima dos sentimentos e das vivências das pessoas e das comunidades.

Com efeito, os mecanismos modernos de racionalização (econômicos, empresariais, políticos, jurídicos, burocráticos e informativos), em vez de ajudarem as pessoas a realizar-se como seres livres e responsáveis, foram submetendo os valores humanos a uma crescente mercantilização, politização e burocratização. Por essa razão, as pessoas foram perdendo sua própria identidade frente ao predomínio de forças impessoais e burocráticas. Apesar de contar com mais meios que nunca, não chegamos ao “reino da liberdade”, mas ao surgimento de novas formas de opressão (tanto nos países enriquecidos como nos empobrecidos).

Por outro lado, tampouco a suposta “aurora pós-moderna” trouxe grande coisa para superar esta situação de desumanização, porque a chamada “pós-modernidade”, mais que uma realidade nova, é uma “ficção” cultural que – ao menos até este momento – foi incapaz de mudar as forças econômicas, políticas e jurídicas que dominam a vida humana. Além disso, limitou-se a expressar uma experiência de mal-estar, cujas principais manifestações – o niilismo, o hedonismo e o pragmatismo – acusam um grave déficit ético.¹⁷ É precisamente este déficit, esta carência ética, que está fazendo com que a realidade (pessoal e comunitária) se “vingue” e se torne necessário repensar e refazer a modernidade. E um dos caminhos pelos quais transitam o saber e a boa práxis dos profissionais está sendo aquele propiciado pelas éticas aplicadas, como a bioética.

3. Bioética e biopolítica

Desde a década de 1970 emerge com força crescente a bioética, com uma dupla origem: a ecológica e a médica. Em um primeiro momento, foi necessário assentar alguns princípios orientadores que oferecessem o fundamento filosófico do âmbito da bioética. Foram os princípios da bioética: a não maleficência, ou seja, o princípio de “não fazer mal” (*primum non nocere*),¹⁸ a beneficência, a autonomia e a justiça.¹⁹ Mas esta

17 CONILL, Jesús. *El enigma del animal fantástico*. Madrid: Tecnos, 1991, Parte IV.

18 GRACIA, Diego. *Primum non nocere*. Madrid: Real Academia Nacional de Medicina de España, 1990.

19 GRACIA, Diego. *Fundamentos de bioética*. 2. ed. Madrid: Triacastela, 2007; FERRER, Jorge. *Deber y deliberación. Una invitación a la bioética*. Mayagüez: Centro de Publicaciones Académicas, UPRM, 2007.

não foi a única interpretação. A partir do trabalho realizado pela *National Commission for the Protection of Human Subjects of Biomedical and Behavioral Sciences* durante os anos 1974-1978 produziram-se duas interpretações diferentes e contrapostas, que orientaram a prática da bioética: a que configurou o “enfoque dos princípios” (a principialista) e o “enfoque casuístico” (a casuística).²⁰

Em um primeiro momento prevaleceu a interpretação proposta por Beauchamp e Childress,²¹ segundo a qual tratava-se de formular princípios morais que pudessem ser aplicados até obter regras comuns que norteiem a ação, apesar de não coincidirem com as teorias éticas nas quais se apoiavam (utilitarista em um caso e deontológica no outro). No entanto, as dificuldades deste enfoque principialista para obter acordos e superar os conflitos, inclusive entre os próprios princípios que se invocava, favoreceram outra interpretação do procedimento da *National Commission*, que representou o surgimento de uma nova forma de casuística.

A outra perspectiva da *National Commission* a partir da interpretação de Jonsen e Toulmin provém de sua comum sensibilidade, favorável ao exercício de uma racionalidade contextualizada, seja pela influência do probabilismo jesuítico (no caso de Jonsen), seja pelo contextualismo wittgensteiniano (no caso de Toulmin). Ambos insistem na possibilidade de chegar a acordos relevantes sobre questões concretas, à margem dos princípios morais e das teorias éticas.

De acordo com Jonsen, “o êxito da comissão veio de sua atenção aos casos concretos, nos quais os princípios eram tanto descobertos como eram aplicados”.²² Repare-se nesta à primeira vista curiosa formulação, que – quando se olha atentamente – só é verdadeiramente inteligível quando é interpretada incorporada a um marco de racionalidade hermenêutica, no qual a aplicação é constitutiva da compreensão.²³

Portanto, apesar do descrédito e do uso depreciativo do termo em muitos círculos filosóficos, a casuística se revitalizou a partir da década de 1980, de modo especial na bioética (e também na ética empresarial). Primordialmente na primeira, pela obra de Albert Jonsen e Stephen

20 Cfr. GRACIA, Diego. *Procedimientos de decisión en ética clínica*, 2. ed. Madrid: Triacastela, 2007; KUCEWSKI, Mark. “Casuistry”. In: CHADWICK, R. (ed.). *Encyclopedia of Applied Ethics*. San Diego: Academic Press, 1998, vol. I, pp. 423-432; FEITO, Lydia. *El sueño de lo posible*. Madrid: Universidad Comillas, 1999, capítulos 3 e 8.

21 BEAUCHAMP, Tom L.; CHILDRESS, James F. *Principles of Biomedical Ethics*. New York: Oxford University Press, 1979.

22 Citado por GRACIA, Diego. *Procedimientos de decisión en ética clínica*, p. 39.

23 GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997; CONILL, Jesús. “El carácter hermenéutico y deliberativo de las éticas aplicadas. In: CORTINA, Adela; GARCÍA-MARZÁ, Domingo. *Razón pública y éticas aplicadas*. Madrid: Tecnos, 2003, pp. 121-142.

Toulmin,²⁴ que asseguram ter recebido o impulso básico na já famosa *National Commission* e atribuem seu êxito ao fato de terem procedido “taxonomicamente”, longe de compromissos teóricos. Os casos eram debatidos à luz de determinados “princípios”, mas estes não eram usados de forma dedutiva, senão como uma espécie de “língua comum”, uma *koiné*. Há aqui novamente outra expressão que delata um transfundo e um proceder, cuja melhor explicação seria aquela oferecida pela hermenêutica, como marco de entendimento e possível acordo (*Verständigung*).

A “casuística” consiste basicamente em um raciocínio baseado em casos, ou em qualquer método de pesquisa que seja conduzido por casos, mais que por teorias, pois se confia em que prestando atenção às circunstâncias e aos detalhes de cada caso se pode obter resoluções aceitáveis. O enfoque casuístico vem a ser uma espécie de diagnóstico da situação, para o que se parte de uma descrição e uma narração do caso. O passo seguinte consiste em classificar o caso assimilando-o a um certo tipo, com o que se reconhecem algumas regras comuns a tal tipo de caso. Uma vez tipificado o caso, é preciso ponderar tanto as circunstâncias dentro do correspondente contexto social e institucional, como as convicções e ideais das pessoas envolvidas nas ações de que se esteja tratando. Para levar a cabo esta ponderação e estimar o que há de mais relevante do caso requer-se experiência.²⁵

Mas este particularismo casuístico não deve ser equiparado ao positivismo, mas antes a certo pragmatismo. Nem pode passar despercebido o fato de que todos os enfoques casuísticos seguem recorrendo à noção aristotélica de “sabedoria prática”. Pois bem, na minha opinião, este recorrente recurso a Aristóteles pode e deve ser reinterpretado no marco de uma razão hermenêutico-experiencial, que ultrapasse os cânones da mera lógica formal e se nutre dos componentes históricos e circunstanciais. Mais além do principialismo e do casuismo, requer-se um marco de inteligibilidade e de racionalidade proporcionado por uma “hermenêutica crítica”.²⁶ Esta crescente necessidade de transformar, pela via hermenêutica, a bioética impulsionou também a prosseguir esse processo transformador através da chamada “bioética narrativa”,²⁷ por exemplo, a partir de Stanley Hauerwas e David Burrell, de Alasdair MacIntyre e de Paul Ricoeur.

24 *Abuse of Casuistry: A History of Moral Reasoning*. Berkeley: University of California Press, 1988.

25 Cfr. KUCEWSKI, Mark. “Casuistry”. In: CHADWICK, R. (ed.). *Encyclopedia of Applied Ethics*. San Diego: Academic Press, 1998, vol. I, pp. 423-432.

26 CONILL, Jesús. *Ética hermenéutica. Crítica desde la facticidad*. Madrid: Tecnos, 2006.

27 GRACIA, Diego. *Como arqueros al blanco. Estudios de bioética*. Madrid: Triacastela, 2004, cap. 8; DOMINGO, Tomás; FEITO, Lydia. *Bioética narrativa*. Madrid: Escolar y Mayo, 2013.

Todo o processo de transformação hermenêutica da ética desemboca nas éticas da responsabilidade.²⁸ A hermenêutica nos situa no mundo do sentido e do valor, na compreensão situada e histórica das conexões de sentido, não isentas de valor. Requerem-no a complexidade da realidade, em seus contextos históricos e culturais, as situações vitais, as crenças, valores e emoções que as pessoas vivem. Mas, ao final, é preciso escolher inclusive entre narrações de sentido vital, para o que necessitamos outro tipo de racionalidade que incorpore o momento crítico, de discernimento e justificação da legitimidade. Aí está novamente a necessidade de uma hermenêutica crítica.

E neste complexo mundo vital e histórico emergem também os problemas a partir do corpo vivo (*Leib*) e do poder (*Macht*), que configuraram, de modo especial, a temática da atual “biopolítica”. Na minha opinião, o precedente básico desta linha de pensamento encontra-se em Nietzsche, em sua genealogia hermenêutica do corpo e do poder.²⁹ O giro político do pensamento nietzschiano conduz a uma “filosofia do poder” e se desenvolve em uma “Grande Política”: “A grande política converte a fisiologia em senhora de todas as outras perguntas”.³⁰ A Grande Política viria a ser a primeira biopolítica da transvaloração vital, baseada no poder e na interpretação, que prefigura uma transfiguração do ser humano mediante uma nova forma de seleção através da autossuperação e da “criação” (*Züchtung*) de um novo tipo de homem. Trata-se de uma nova *paideia* eugenésica e de um novo Iluminismo hermenêutico. Pois bem, no contexto atual, é necessário ponderar se implicaria uma melhora humanizadora ou uma transumanização.³¹ Porque a transfiguração da existência não se realiza mediante um processo de simples adaptação para conservar a vida, mas em virtude da capacidade de criação por parte daqueles que sejam capazes de se converterem em senhores da terra.³²

Nas atuais propostas de biopolítica, que em grande medida se encontram sob a inspiração nietzschiana, cabe destacar dois aspectos: 1) a

28 Exemplos significativos são Karl-Otto Apel (*Transformação da Filosofia*. São Paulo: Loyola, 2000, 2 vols.) e Hans Jonas (*O princípio responsabilidade*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora da PUC-Rio, 2006).

29 CONILL, Jesús. *El poder de la mentira. Nietzsche y la política de la transvaloración*. Madrid: Tecnos, 1997.

30 KSA 13, 25 [1], pp. 637-638; CONILL, Jesús. “El sentido de la ‘Gran Política’ Nietzscheana”. In: CONILL-SANCHO, Jesús; SÁNCHEZ MECA, Diego (eds.). *Guía Comares de Nietzsche*. Granada: Comares, 2014, pp. 247-267.

31 CONILL, Jesús. “¿Progreso mediante selección eugenésica? La perspectiva nietzscheana”. In: FEITO, Lydia; GRACIA, Diego; SÁNCHEZ, Miguel (eds.). *Bioética: el estado de la cuestión*. Madrid: Triacastela, 2011, pp. 197-208.

32 OTTMANN, Henning. *Philosophie und Politik bei Nietzsche*. Berlin: Walter de Gruyter, 1999 (2. Auflage); CONILL, Jesús. *El poder de la mentira*, op. cit., Parte III.

dimensão biopolítica da bioética, isto é, ressaltar o pano de fundo de poder que está em jogo no âmbito da bioética,³³ e 2) a recuperação do cuidado de si (a “*epiméleiaheautoû*”).³⁴ Aqui vamos nos centrar no segundo aspecto, na medida em que o tema que nos foi proposto é precisamente a relação da bioética e da biopolítica com as éticas do cuidado da vida.

Um representante muito destacado da biopolítica contemporânea foi Michel Foucault, que, por sua vez, na última etapa do seu polifacético pensamento, não apenas continuou ressaltando as relações de poder em todos os âmbitos da vida humana (na linha nietzschiana), mas também prestou atenção especial ao cuidado de si, até favorecer uma peculiar ética hermenêutica do cuidado de si.³⁵ “A ética do cuidado de si como prática da liberdade” pode garantir a função crítica do pensamento ao inculcar, nos próprios termos de Foucault, o seguinte: “Ocupa-te de ti mesmo”, isto é, “funda-te na liberdade, mediante o domínio de ti mesmo”. Esta ampliação de seu pensamento à questão do cuidado de si implica uma defesa dos processos de autoformação do sujeito mediante a prática ascética, que consiste em um exercício de cada um sobre si mesmo, pelo que tenta chegar a um modo de ser libertado das diferentes formas de dominação. O problema ético, portanto, centra-se em definir as práticas da liberdade, pois a ética é “a prática da liberdade, a prática reflexiva da liberdade”: “a liberdade é a condição ontológica da ética. Mas a ética é a forma reflexiva adotada pela liberdade”.³⁶

Foucault tenta recuperar esta ética do cuidado de si a partir do mundo greco-romano, desde os diálogos platônicos até o estoicismo, e inclusive no cristianismo. Pois, entre os gregos e os romanos, “para se conduzir bem, para praticar adequadamente a liberdade, era preciso ocupar-se de si mesmo, cuidar de si, ao mesmo tempo para se conhecer (...) e para se formar, superar-se a si mesmo, para dominar em si os apetites que poderiam arrebatá-lo”.³⁷ A ética, enquanto prática reflexiva da liberdade, girou em torno do imperativo fundamental do “cuida-te de ti mesmo”. Não apenas “conhece-te a ti mesmo”, mas “ocupa-te de ti mesmo”, aprende a arte de viver, mediante a ascese (*áskesis*) como treinamento e exercício,

33 Cfr., por exemplo, QUINTANAS, Anna. “Bioética, biopolítica y antropotécnicas”, *Ágora*, 28/2, 2009, pp. 157-168; e VILLARROEL, Raúl. *Interesarse por la vida. Ensayos bioéticos y biopolíticos*. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 2014.

34 FOUCAULT, Michel. *Estética, ética y hermenéutica*. Barcelona: Paidós, 1999; *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

35 Entrevista com Michel Foucault, realizada por Raúl Fornet-Betancourt, Helmut Becker e Alfredo Gómez Müller, em 20 de janeiro de 1984, e publicada na revista *Concordia*, nº 6, 1984, pp. 96-116 (reproduzida em *Topologik*, nº 5, 2009). Cfr. FOUCAULT, Michel. *Estética, ética y hermenéutica*. Barcelona: Paidós, 1999, pp. 393-415.

36 FOUCAULT, Michel. *Estética, ética y hermenéutica*. Barcelona: Paidós, 1999, p. 396.

37 *Ibidem*, p. 397.

porque só assim, pela prática, é possível mudar o modo de ser o sujeito. Segundo Foucault, esta preocupação pela “vida boa” foi eclipsada na ética moderna pela preeminência do valor teórico do conhecimento e da relação gnoseológico-epistemológica sujeito-objeto. Necessita-se de uma nova ética, cujo *ethos* sejam a “*epiméleiaheautoû*” (*cura sui*), a experiência e o cuidado de si, através de uma “hermenêutica do sujeito”,³⁸ cujo ponto de partida é a “inquietação de si mesmo”, o fato de ocupar-se e preocupar-se consigo mesmo, que impele, pela *áskesis* e pelo *eros*, a uma aposta vital capaz de transfigurar o sujeito humano.

4. Éticas do cuidado da vida, do frágil e vulnerável

A transformação hermenêutica da ética conduz à ética da responsabilidade, mas também, em grande medida, às éticas do cuidado, tanto sob o impulso hermenêutico-genealógico nietzschiano que chega até Foucault, como pelos caminhos de uma ética hermenêutica da facticidade que seja capaz de se abrir ao sentido crítico (atendendo às pretensões de validade) e de escutar a pluralidade de vozes éticas (a justiça, a responsabilidade, o reconhecimento, a compaixão e o cuidado).³⁹

A vida humana é tarefa, projeto, apropriação de possibilidades, autonomia e agência. Mas, o que acontece quando é preciso deixar-se fazer, como a experiência vital de fragilidade e vulnerabilidade nos impõe? Por acaso, a invulnerabilidade é possível? Recordemos o poema “Aquileida”, no qual se conta que a deusa Tétis, mãe de Aquiles, o banhou na lagoa de Estígia, mergulhando todo o seu corpo na água para torná-lo invulnerável, segurando-o pelo tendão; mas na batalha se lhe cravou uma flecha envenenada precisamente no tendão. O que é preciso reconhecer na condição humana é que todo o mundo tem seu “tendão de Aquiles” e está submetido aos azares da fortuna e da sorte, à *tyché*, que nos mergulha no reino da contingência, no qual experimentamos a finitude, a fragilidade e a vulnerabilidade.

Por conseguinte, precisamos responsabilizar-nos uns pelos outros e cuidar-nos mutuamente. A compaixão, o sentimento da simpatia é a base pela qual se pode gerar a atitude necessária para nos reconhecermos interdependentes e nos comprometermos ao apoio mútuo. Não somente nas situações mais chamativas, como a ancianidade, a doença e a pobreza extrema, mas tomando consciência da fragilidade constitutiva do homem, que é um animal deficiente, por seu desvalimento biológico e pelas

38 *La hermenéutica del sujeto. Curso del Collège de France de 1982*. Madrid: Akal, 2005.

39 CORTINA, Adela. *¿Para qué sirve realmente la ética?*. Barcelona: Paidós, 2013.

facticidades universais que reclamam sentido em um mundo que experimenta continuamente a sensação de abismo e falta de fundamento (*Abgrund*).

Não obstante, nesta situação vital surgiram éticas da fragilidade, da vulnerabilidade e do cuidado, normalmente em relação às diversas éticas da responsabilidade, como expressão das diversas vozes éticas. O arquétipo da responsabilidade moral seria a responsabilidade pelo recém nascido ou pela criança, segundo Hans Jonas, que parte do fato de um dever natural de responsabilidade: “Já existe na moral tradicional um caso de responsabilidade e obrigação elementar não recíproca [...] e que é reconhecido e praticado espontaneamente: a responsabilidade para com os filhos, que sucumbiriam se a procriação não prosseguisse por meio da precaução e da assistência”.⁴⁰ A responsabilidade moral, assim como exposta por Jonas, funda-se na fragilidade e na vulnerabilidade, e se ativa pelo temor do que possa acontecer caso não nos ocuparmos do desvalido, que impele a cuidar do vulnerável.

Esta nova atitude de responsabilidade cuidadora também é defendida, por diversos caminhos e com distintas terminologias, por Emmanuel Levinas⁴¹ e Leonardo Boff,⁴² e até reforçada pelos atuais estudos neurocientíficos⁴³ e pela ética da razão cordial,⁴⁴ baseada na compaixão e no reconhecimento recíproco.

40 JONAS, Hans. *O princípio responsabilidade*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora da PUC-Rio, 2006, p. 89.

41 LEVINAS, Emmanuel. *De otro modo que ser, o más allá de la esencia*. Sígueme: Salamanca, 1987, p. 54.

42 BOFF, Leonardo. *O cuidado necessário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

43 CHURCHLAND, Patricia S. *El cerebro moral*. Barcelona: Paidós, 2012; CORTINA, Adela. *Neuroética y neuropolítica*. Madrid: Tecnos, 2011.

44 CORTINA, Adela. *Ética de la razón cordial*. Oviedo: Nobel, 2007; *Las fronteras de la persona*. Madrid: Taurus, 2009.

CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert
- N. 03 *O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo* – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Feitric Strauss
- N. 04 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montano
- N. 05 *Emani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 06 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 07 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 08 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Kilpp
- N. 09 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 10 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 11 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Edison Luis Gastaldo
- N. 12 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 13 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 14 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 15 *Julio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 16 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 17 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Krischke Leitão
- N. 18 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestrí
- N. 19 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 20 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 21 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 22 *Construindo novos caminhos para a intervenção sociotária* – Lucilda Selli
- N. 23 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 24 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 25 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 26 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nisia Martins do Rosário
- N. 27 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos* – UNISINOS – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 28 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 29 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 30 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 31 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 32 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 33 *A meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – André Sidnei Musskopf
- N. 34 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 35 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 36 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 37 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Ailton Luiz Jungblut
- N. 38 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 39 *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 40 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 41 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 42 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 43 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 44 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Edison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leister, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 45 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadieu
- N. 46 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 47 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Ceres Karam Brum
- N. 48 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 49 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadieu
- N. 50 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 51 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evilázio Teixeira
- N. 52 *Violenças: O olhar da saúde coletiva* – Éliada Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 53 *Ética e emoções morais* – Thomas Kesselring
- N. 54 *Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Adriano Naves de Brito
- N. 55 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 56 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – An Vranckx
- N. 57 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 58 *O decrescimento como condição de uma sociedade convívial* – Serge Latouche
- N. 59 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Küppers
- N. 60 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 61 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 62 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 63 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman

- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isala
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de Juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lugaio Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Octávio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missionária colonial e seu território* – Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurelio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Altico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patricia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mário Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Dalaine Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *Apaixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Marilene Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valério Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premebida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, terno e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração* – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentil Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montano
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baioto
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Rober Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Semioti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascuo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel*
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins

- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaira Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: o caso dos guarani* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airosa da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greycy Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Dômenica Hattege e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camilla Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schütz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'yikue no município de Caarapo-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no colíndio: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Malneri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perrot Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimizações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decréscimo a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decréscimo* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luís do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decréscimo e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da múnada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsoito e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência a necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camali e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como a ley es como la serpiente: solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Alfonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Mariêle Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci

- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Dornelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Malsos
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Ângelo Flach
- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato
- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Ellul* – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges
- N. 211 *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi
- N. 212 *Verdade e História: arqueologia de uma relação* – José D'Assunção Barros
- N. 213 *A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ* – José Odélio Schneider
- N. 214 *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze* – Sandro Chignola
- N. 215 *Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação* – Alejandro Rosillo Martínez
- N. 216 *A realidade complexa da tecnologia* – Alberto Cupani
- N. 217 *A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend* – Hans Georg Flickinger
- N. 218 *O ser humano na idade da técnica* – Humberto Galimberti
- N. 219 *A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre* – Halina Macedo Leal
- N. 220 *O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil* – José Eduardo Franco
- N. 221 *Neurofuturos para sociedades de controle* – Timothy Lenoir
- N. 222 *O poder judiciário no Brasil* – Fábio Konder Comparato
- N. 223 *Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão* – Jesús Conill Sancho
- N. 224 *O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867)* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 *O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais* – Xavier Albó
- N. 226 *Justiça e perdão* – Xabier Etxeberria Mauleon
- N. 227 *Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor)* – Martín Almada
- N. 228 *A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo* – Sandro Chignola
- N. 229 *Um olhar biopolítico sobre a bioética* – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 *Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil* – Gustavo da Silva Kern



Jesús Conill Sancho estudou nas Universidades de Valência e de Munique. Catedrático de Filosofia do I.N.E.M. em 1976. Atualmente é catedrático de Filosofia Moral e Política da Universidade de Valência (Espanha). Fez pesquisas nas Universidades de Munique, Bonn, Frankfurt am Main, St. Gallen e Notre Dame. Membro da Fundação ÉTNOR (Ética dos Negócios e das Organizações) e do Seminário de Pesquisa Xavier Zubiri. Professor visitante em diversas universidades europeias e latino-americanas.

Algumas obras do autor

- CONILL SANCHO, Jesús. *El tiempo en la filosofía de Aristóteles*. Valencia: Edilva, 1981.
- _____. *El crepúsculo de la metafísica*. Barcelona: Anthropos, 1988.
- _____. *El enigma del animal fantástico*. Madrid: Tecnos, 1991.
- _____. *El poder de la mentira. Nietzsche y la política de la transvaloración*. Madrid: Tecnos, 1997.
- _____. *Horizontes de economía ética. Aristóteles, Adam Smith, Amartya Sen*. Madrid: Tecnos, 2004.
- _____. *Ética hermenéutica. Crítica desde la facticidad*. Madrid: Tecnos, 2006.

Outras contribuições do autor

- CONILL SANCHO, Jesús. *Os marcos e ferramentas éticas das tecnologias de gestão*. Cadernos IHU ideias (UNISINOS), v 13, n. 223, p. 1-16, 2015.
- _____. *A manutenção da subjetividade humana diante do impulso tecnocientífico instrumental*. [20/10/2014]. Revista IHU On-Line, nº 456. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos – IHU. Entrevista concedida a Márcia Junges e Ricardo Machado. Tradução: André Langer.



UNISINOS